

RELATÓRIO E CONTAS



Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo



1 - Introdução

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2023.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e conforme demonstrações financeiras constantes da portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

1.1 - Apresentação da Associação

A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos (10) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

2 - Enquadramento Económico

A economia portuguesa estagnou no segundo semestre de 2023 e as perspetivas a curto prazo são incertas. A fraca evolução recente da atividade económica, reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Os efeitos da agressão militar russa à Ucrânia e o recente agravamento do conflito no médio oriente, entre o grupo islamita palestino Hamas e Israel, fez com que a Comissão Europeia revise em baixa das perspetivas económicas sendo que o Banco Central Europeu (BCE) admitiu haver riscos sobre a evolução da inflação na Zona Euro, por via do potencial aumento dos custos da energia. Estes recentes acontecimentos aumentam a incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuem para o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

A redução da inflação contribui, juntamente com a dinâmica do emprego e salários, para suportar o rendimento real das famílias. Esta diminuição reflete a repercussão nos preços no consumidor da redução de custos de produção — na sequência da reversão de choques adversos sobre a oferta — bem como uma efetiva transmissão da política monetária.

O crescimento do investimento reduziu-se em 2023, mas deverá recuperar em 2024–26, sob o impulso da melhoria gradual o enquadramento macrofinanceiro e de maiores entradas de fundos da EU.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

	2019	2020	2021	2022	2023 III	2024 III
Produto Interno Bruto (PIB)	2,3	-8,3	5,5	6,8	2,1	1,2
Consumo privado	2,4	-2,8	4,7	5,6	1,0	1,0
Consumo público	0,7	0,1	4,6	1,4	1,1	1,0
Défice (% do PIB)	0,1	-5,6	-2,5	-1,9	1,2	1,8
Taxa de desemprego	6,5	7,0	6,6	6,1	6,5	7,1
Taxa de inflação (IPCI)	0,3	<-1	0,5	8,1	5,3	2,9

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças; Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (I) - Previsões OCDE; (II) e Banco de Portugal (até 2024)

O mercado de trabalho continuará a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais. O salário nominal médio da economia deverá aumentar 7,5% em 2023, 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–26, num contexto de redução da inflação. As projeções incorporam o salário mínimo anunciado para 2024 e previsto no acordo de rendimentos para 2025 e 2026 (820, 855 e 900 euros, respetivamente, implicando taxas de variação de 7,9%, 4,3% e 5,3%). A evolução em termos reais das remunerações deverá manter-se alinhada com o crescimento projetado para a produtividade em 2024–26.

A economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026.

Nas projeções do Eurosistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 0,6% em 2023 recuperando para 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023, o diferencial positivo de crescimento da economia portuguesa face à área do euro situa-se próximo de 1,5% e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais.

O comportamento apresenta-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões OCDE

De um modo geral, verificou-se um crescimento em alguns países da EU e alguns países a entrarem em recessão, sendo que Espanha atingiu um PIB de 2,4%, a Croácia um PIB de 2,6%, enquanto, a Alemanha atingiu um PIB negativo em 0,3% e a Irlanda um PIB negativo em 0,9%.

Como resposta à subida generalizada da inflação o BCE aumentou as taxas de juro. Em dezembro de 2023, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situava-se em 4,5%, enquanto as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito em 4,75% e 4%, respetivamente.

Em 2023, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 4,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%), enquanto o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 5,3% em 2023 (8,1% no ano anterior).

O comportamento e evolução das taxas de inflação (IHPC) apresentam-se no seguinte gráfico (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e OCDE
Notas: (a) Previsões

Como notas finais, o crescimento trimestral recuperará de forma muito gradual ao longo de 2024. A recuperação beneficiará da aceleração da procura externa, do impacto da redução da inflação sobre o rendimento real das famílias — não obstante o aumento esperado das taxas de juro reais — e do impulso dos fundos europeus sobre o investimento. No médio prazo, o crescimento beneficiará da dissipação gradual dos efeitos da restritividade da política monetária.

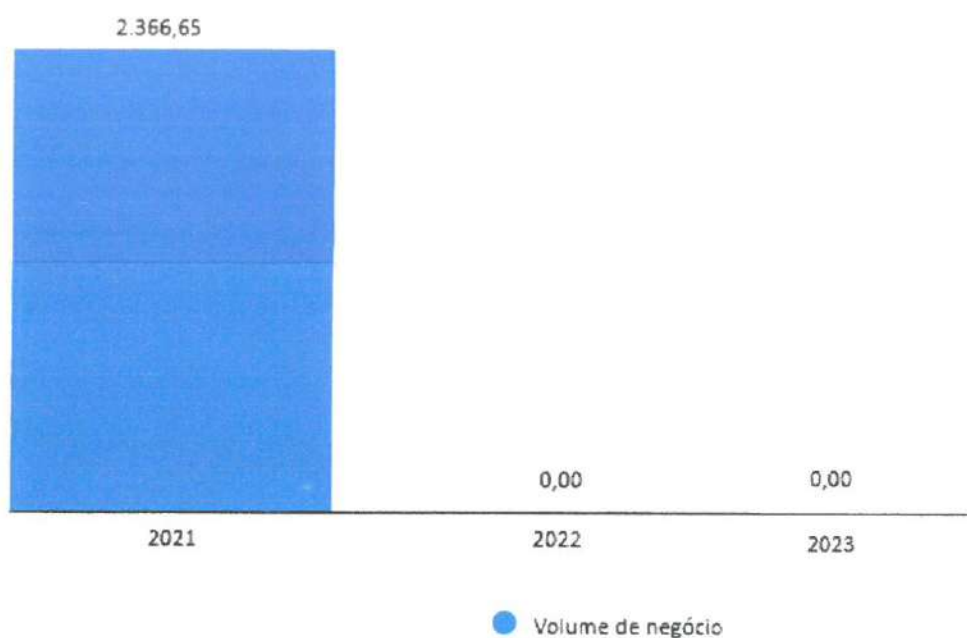


3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

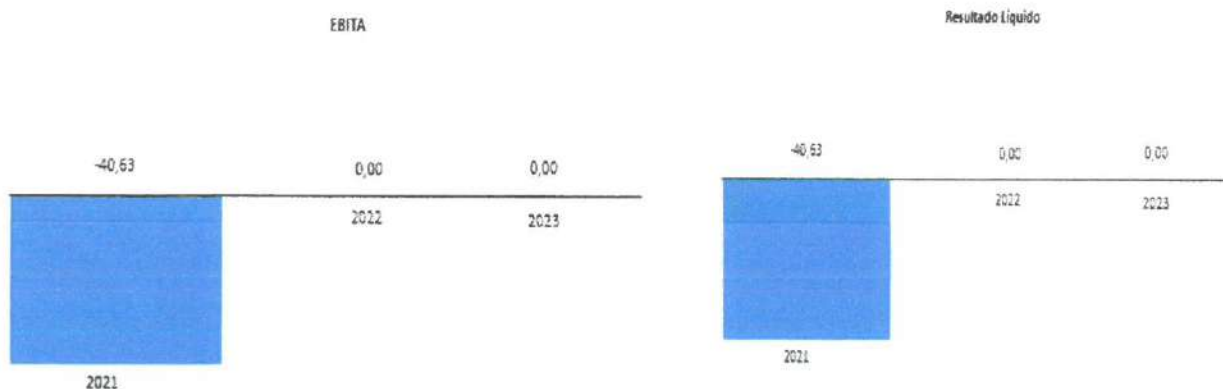
No período de 2023 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

A partir de 31 de julho de 2020, a atividade foi cedida à RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., bem como o seu estabelecimento e património.

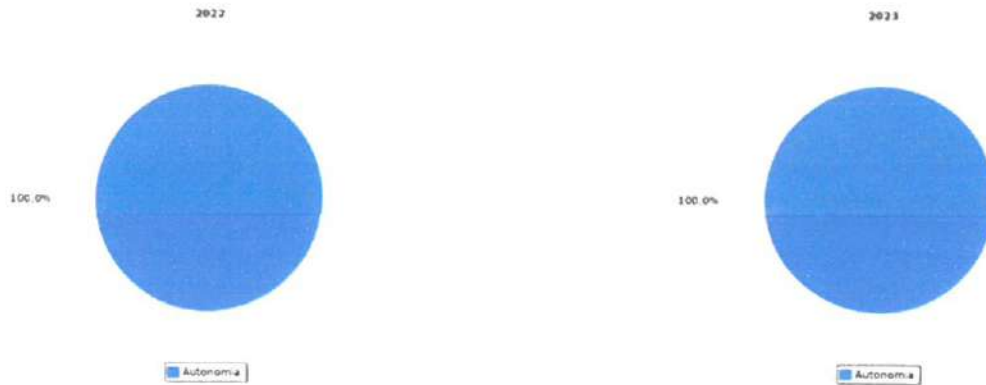
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

Itens	PERÍODO	
	2022	2023
Autonomia	1,00	1,00

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2021	2022	2023
Ativo corrente	2.765.236,62	2.635.363,09	2.635.363,09
Percentagem ativo corrente	100,00%	100,00%	100,00%
Total ativo	2.765.236,62	2.635.363,09	2.635.363,09
Capital Próprio	2.765.236,62	2.635.363,09	2.635.363,09
Percentagem Capital Próprio	100,00%	100,00%	100,00%
Total Capital Próprio e Passivo	2.765.236,62	2.635.363,09	2.635.363,09

3.1 - Investimentos

No decorrer do exercício não foram concretizados investimentos.

3.2 - Investigação & Desenvolvimento

A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

Relativamente à Associação por via da cessão (transmissão integral) do estabelecimento e património para a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.L.M., S.A., celebrada em 31 de julho de 2020, perspetivámos a liquidação e dissolução a curto prazo, conforme decisão dos Associados.

7 - Considerações Finais

A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a direção e os associados, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2023 realizou um resultado líquido de 0,00 euros.

9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC). Relação dos membros da direção e fiscalização.

Membros da Direção

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Alcanena
Representante: Nuno Miguel Costa Silva
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município do Entroncamento
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Orlando da Silva Patrício
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha
Representante: Fernando Manuel dos Santos Freire
Cargo: Vice-Presidente

Conselho Fiscal

Entidade: Município de Tomar
Representante: Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Cargo: Presidente

Entidade: Município da Golegã
Representante: António Carlos da Costa Camilo
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085
Cargo: Vogal

Carregueira, 24 de junho de 2024

Direção





Balanço
em 31-12-2023
(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
		0,00	0,00
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	2.635.363,09	2.635.363,09
		2.635.363,09	2.635.363,09
Total do ativo		2.635.363,09	2.635.363,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	6	4.988,00	4.988,00
Resultados transitados	6	2.546.381,09	2.546.381,09
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	6	83.994,00	83.994,00
Total dos fundos patrimoniais		2.635.363,09	2.635.363,09
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
		0,00	0,00
Total do passivo		0,00	0,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.635.363,09	2.635.363,09



Demonstração de Resultados por natureza
do período findo em 31-12-2023
(montantes em EURO)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00



Demonstração de Fluxos de Caixa
do período findo em 31-12-2023
(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>	-		
<i>Caixa gerada pelas operações</i>			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	-		
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>	-		
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		0,00	0,00

Demonstração da Alteração do Capital Próprio
do período findo em 31-12-2023
(montantes em EURO)

DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
6		4.988,00			2.546.381,09		83.994,00		2.635.363,09		2.635.363,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
7											
8											
9=7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10		4.988,00			2.546.381,09		83.994,00		2.635.363,09		2.635.363,09
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023											
1		4.988,00			2.076.295,23		83.994,00	-40,63	2.765.236,62		2.765.236,62
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022											
2					-129.914,16			40,63	-129.873,53		-129.873,53
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
3					-129.914,16			40,63	-129.873,53		-129.873,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4=2+3								-129.873,53	-129.873,53		-129.873,53
RESULTADO INTEGRAL											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5		4.988,00			2.546.381,09		83.994,00		2.635.363,09		2.635.363,09
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022											

Direção

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

1.2 - Sede

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão

1.3 - Natureza da atividade

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

As quantias apresentadas em notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente revelantes ou que não ocorreram no exercício de 2023.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

A entidade encontra-se em processo de dissolução e liquidação conforme, conforme decisão do associado, pelo que o princípio da continuidade das operações foi derogado e as demonstrações financeiras da entidade foram elaboradas considerando tal derrogação.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As demonstrações financeiras não são compatíveis, pelo facto da atividade de 2021 respeitar, apenas ao período de janeiro a julho, por força da cessação do estabelecimento e património à RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.L.M., S.A., datada a 31 de julho de 2021.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1 - Identificação das partes relacionadas

5.1.1 - Identificar se existem participações entre entidades

A RESITEJO é uma associação constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.

6 - Instrumentos financeiros

6.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

6.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	2.635.363,09	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	2.635.363,09	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.3 - Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2023 e 2022, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	4.988,00	0,00	0,00	4.988,00
Resultados transitados	2.546.381,09	0,00	0,00	2.546.381,09
Outras variações nos capitais próprios	83.994,00	0,00	0,00	83.994,00
Doações	83.994,00	0,00	0,00	83.994,00
Total	2.635.363,09	0,00	0,00	2.635.363,09

7 - Acontecimentos após data de balanço

7.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

7.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da
Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo
Chamusca

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção, quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas; e
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Chamusca, 3 de julho de 2024

O CONSELHO FISCAL

Município de Tomar, representado por
Hélder Duarte Henriques - Presidente

HELDER
DUARTE
HENRIQUES

Assinado de forma digital
por HELDER DUARTE
HENRIQUES
Dados: 2024.07.03
15:38:32 +01'00'

Município da Golegã, representado por
António Carlos da Costa Camilo - Vogal

[Assinatura
Qualificada]
ANTÓNIO CARLOS
DA COSTA
CAMILO

Assinado de forma digital
por [Assinatura
Qualificada] ANTÓNIO
CARLOS DA COSTA
CAMILO
Dados: 2024.07.03
16:06:27 +01'00'

Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada
por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal

Assinado por: **Paulo Dinis Delgado Chaves**
Num. de Identificação: 09232954
Data: 2024.07.03 18:27:13+01'00'



RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO

CONSELHO FISCAL

ATA NÚMERO OITO

Aos três dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas quatorze horas e trinta minutos, reuniu via meio telemático, o Conselho Fiscal -----

Encontravam-se presentes o Presidente Helder Duarte Henriques, em representação do Município de Tomar e os vogais António Carlos da Costa Camilo, em representação do Município da Golegã e Paulo Dinis Delgado Chaves, em representação da Tocha, Chaves & Associados, SROC, para análise e aprovação dos documentos de prestação de contas bem como o Relatório de Gestão referente ao exercício de dois mil e vinte e três, cujo processo de preparação foi objeto de adequado acompanhamento. -----

O vogal Paulo Dinis Delgado Chaves, apresentou de forma detalhada os procedimentos de auditoria desenvolvidas e as principais conclusões dos trabalhos realizados. -----

Da análise efetuada o Conselho Fiscal considera que tais documentos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Associação em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, quer do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do exercício findo naquela data. -----

Nestas circunstâncias e como consequência do trabalho efetuado, o Conselho Fiscal é da opinião que o Relatório e as Contas anuais apresentadas pela Direção devem ser aprovadas conforme Parecer emitido nesta data, o qual faz parte integrante desta ata, que vai ser assinada pelos presentes. -----

Município de Tomar, representado por:
Helder Duarte Henriques - Presidente

**HELDER DUARTE
HENRIQUES** Assinado de forma digital por
HELDER DUARTE HENRIQUES
Dados: 2024.07.03 15:35:27
+01'00'

Município da Golegã, representado por:
António Carlos da Costa Camilo – Vogal

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por
ANTÓNIO CARLOS DA [Assinatura Qualificada] ANTÓNIO
COSTA CAMILO CARLOS DA COSTA CAMILO
Dados: 2024.07.03 16:07:23 +01'00'

TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS – SROC, representada por:
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal

Assinado por: **Paulo Dinis Delgado Chaves**
Num. de Identificação: 09232954
Data: 2024.07.03 18:37:59+01'00'





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.635.363 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.635.363 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A Entidade, conforme referido no relatório de gestão e com a nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras, efetuou a cessão do seu estabelecimento e património à RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., em 31 de julho de 2020, estando prevista a curto prazo a sua dissolução.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de

or



- auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 25 de junho de 2024

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:



Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697